

Relatório de Atividades e Contas



2021

Relatório de Atividades e Contas



2021

Relatório de Atividades

1. Introdução

Cumprindo o estabelecido no ponto 5º do art. 17º dos Estatutos desta Associação, e de acordo com o aí estipulado como obrigatório para conhecimento dos associados, apresenta-se, pelo presente, o Relatório de Atividades e Contas da Gerência e do Exercício, relativos ao período de 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021.

A existência de situação de Pandemia desde março de 2020 implicou, face ao número potencial e legal de associados presentes, a impossibilidade de convocatória de AGs para a Aprovação dos Relatórios de Atividades e Contas de forma presencial, pela impossibilidade de garantir em simultâneo o cumprimento das regras de segurança estabelecidas pela DGS; a inexistência nos estatutos da Associação de qualquer outro formato de Assembleia Geral, a não ser a presencial dos associados, prevista pela positiva e sem alternativa nos mesmos estatutos; do mesmo modo e pelos mesmos motivos, verificou-se também a impossibilidade de proceder a qualquer alteração estatutária que permitisse alterar esta situação. Assim, no seguimento das regras legais disponibilizadas, os órgãos sociais da Associação Escola 31 de Janeiro, decidiram convocar as respetivas Assembleias Gerais para decorrerem sob o formato online e via Zoom, com o cumprimento do obrigatório estatutariamente para a legalidade das AGs, nomeadamente marcação em tempo, assuntos muito bem definidos e com propostas enviadas atempadamente a todos os associados, promovendo a aprovação do Relatório de Atividades e Contas e demais documentos referentes a 2019 e 2020 e aqueles exigíveis para anos posteriores. A presente assembleia Geral e para Aprovação do Relatório de Atividades e Contas, assim como do respetivo Parecer do Conselho Fiscal, já decorre sob o modelo presencial, tendo os responsáveis assegurado todas as regras de segurança ainda previstas e solicitado a todos os associados que sejam rigorosos no cumprimento dessas regras. Bem vindos de novo!!

A Associação Escola 31 de Janeiro, Instituição Particular de Solidariedade Social, foi fundada em 31 de Janeiro de 1911 e iniciou a sua atividade de instrução pública em março de 1912, de forma permanente e sem interrupção até ao momento atual. As suas instalações e sede situam-se, no presente, na Rua José Elias Garcia nº 711, em Parede.

Possui atualmente cerca de 3000 associados. Destes, um número significativo não mantém a sua situação regularizada em termos estatutários, sobretudo pelo não cumprimento do pagamento da quotização devida. Foi uma das Instituições pioneiras ao nível associativo, dedicando-se fundamentalmente a valências sociais de promoção da igualdade de oportunidades na Formação Pessoal, Académica e de Responsabilidade Social, com crianças e jovens – Educação Pré-Escolar, 1º, 2º e 3º Ciclos, promovendo, além disso, atividades de apoio e solidariedade social, como adiante se verá. Tem procurado, desde a sua fundação, dar resposta à necessidade de cobertura da escolaridade obrigatória, razão primeira da sua existência. Ocupou inicialmente instalações alugadas no Largo 31 de Janeiro, em Parede, largo ao qual deu o nome, transferindo a sua sede, a partir de 1942, para as atuais instalações, após a compra do terreno e a construção de raiz de um edifício associativo e escolar. Procedeu em



Secretário: João Carlos Silva

Secretário: Rodrigo Coelho

Continuamos sem nos esquecer de agradecer e de forma muito sentida, ao Almirante Beirão Reis, a forma dedicada e abnegada como cumpriu, enquanto pode, as suas tarefas de Presidente da Direção, sendo uma mais valia pelo conhecimento, organização, dedicação e amor a esta nossa Associação. Não esquecemos que foi ele a tomar a iniciativa dos 1º contactos com o Ministério da Defesa, a quem ainda pertenciam, para saber da possibilidade de uso dos terrenos do Quartel de Parede, mais tarde cedidos em direito de superfície pela Câmara Municipal de Cascais e onde serão edificadas as nossas futuras e novas instalações. Bem haja!!!

2.1- Direção

Continuou a atual Direção com um total de 08 Reuniões plenárias e várias setoriais, durante 2021, sendo estas últimas pela sua tecnicidade e especificidade e na continuação de prática do ano anterior, referentes, no fundamental, à continuação da organização de toda a estrutura, projeto e financiamento, com vista à Construção do novo Edifício Escolar: contacto e reuniões com projetistas, preparação de reuniões com a Câmara Municipal de Cascais, nomeadamente com o seu Presidente, afinação e clarificação dos acordos entre as partes para a preparação de todo o trabalho referente ao novo edifício da escola nos terrenos do antigo quartel de Parede. Afinaram-se com mais detalhe as soluções relativas a estacionamento, assim como ficou clarificada a dimensão da totalidade do lote, uma vez que existiam dúvidas por parte dos serviços da Câmara Municipal de Cascais. Acertou-se e detalhou-se também, a necessidade de ampliar os termos constantes no acordo assinado entre as partes, visando alargar o âmbito de possibilidades de utilização das atuais instalações para atividades de interesse público desde que com o acordo da Câmara Municipal de Cascais. Deu-se resposta aos projetistas nas questões levantadas sobre o edifício a construir, atendendo-se ao que vinham questionando, tendo as conclusões da Direção sempre em linha de conta, os benefícios a obter pelos alunos, e o equilíbrio financeiro futuro. Continuou a manter-se contacto permanente com o interlocutor nomeado pela Câmara Municipal de Cascais, Dr. Fernando Pereira, a quem temos a obrigação de agradecer todo o empenho e dedicação, resolvendo, caso a caso, todas as situações de impasse e necessárias ao avanço do projeto através do acordo entre as partes.

Decidiu em tempo, a Direção, concluir o projeto de modernização das salas de aula iniciado em 2017, com a aquisição de mais material informático, assim como a substituição de vários projetores.

Assegurou a manutenção e o melhoramento de todas as instalações atuais de forma a que nada pusesse em causa a qualidade de ensino e de bem estar dos atuais estudantes, dedicando particular atenção aos seguintes setores onde foram investidas verbas significativas: manutenção quer do sistema solar quer do sistema tradicional por bomba de calor na piscina e no aquecimento de salas de aula e balneários, assim como manutenção diária de toda a escola, esgotos, eletricidade, pinturas, etc. Tratou de reforçar todo o conjunto de manutenções e vigilância necessárias, quer aos aparelhos desportivos de exterior, quer ao parque infantil.

Continuou como objetivo fundamental, a necessidade de uma prática consistente e coerente de Responsabilidade Social, assim como a estratégia programada nos últimos 13 anos letivos,



2.3 - Assembleia Geral

- Viu substantivamente reduzido o número de Assembleias Gerais por motivo da impossibilidade da sua realização, como atrás explicámos e por motivos sanitários derivados da Pandemia. Adiou por este motivo e sucessivamente a realização das AGs ordinárias e previstas estatutariamente. Os seus membros, nomeadamente a sua Presidente, acompanharam as reuniões plenárias dos órgãos sociais e que, a pedido da direção, foram tomando todas as medidas de benefícios associativos já descritas;

- Realizou AG de aprovação do Relatório de Atividades e Contas relativas a 2020 em formato online, conforme o previsto legalmente em função da situação pandémica.

– Cumpriram, assim, os corpos sociais da associação eleitos, as suas obrigações estatutárias, conforme prova plasmada em documentos e testemunhada pelos associados da instituição. Mais uma vez se comprova, nada mais ter motivado os seus membros, a não ser a melhoria e o crescimento saudáveis desta Associação Escola 31 de Janeiro, com os consequentes benefícios para as famílias e para as crianças e jovens em especial, razão fundamental da existência desta Instituição Centenária.

3-Escola e seu histórico

Fundada em 1911, a Escola 31 de Janeiro foi-se constituindo como entidade independente, com doutrina e vida próprias, ao longo dos cento e dez anos da sua existência (finais de 2021). Primeiro de forma tímida, tendo, no entanto, o cuidado de aprofundar e cada vez mais, os seus mecanismos funcionais, preparou-se e otimizou os seus recursos através da sucessão de alterações, quer na sua formulação jurídica quer nas práticas e nos objetivos. Enquadrava-se inicialmente no grande desígnio republicano do acesso generalizado à instrução, razão da participação na sua fundação de um conjunto de figuras de relevo da Parede e de Cascais ligados à Revolução Republicana de 05 de Outubro, sendo disso, caso notório, o Sr Abeillard de Vasconcelos, primeiro Presidente Republicano da Câmara Municipal de Cascais, após Outubro de 1910; acertou os seus desígnios com os do próprio tempo – atividades culturais para os seus associados nos anos quarenta e cinquenta do século XX, incentivo de práticas de solidariedade nos anos quarenta e seu reconhecimento oficial como Instituição de Beneficência, defesa dos direitos a uma educação moderna pela mesma altura, promoção de debates e manutenção da chama da livre associação e reunião durante a ditadura, criação de património e infraestruturas sustentadas, que induzissem a sua independência – o que se foi traduzindo também em modelos de organização cada vez mais sofisticados e mais identificados com a sua realidade. Os diversos estatutos da atual Associação Escola, inicialmente apenas escola, refletem, pela sua evolução, este permanente debate. A sua atual caracterização jurídica, Instituição Particular de Solidariedade Social desde 1981, sem quaisquer fins lucrativos, vem no seguimento da já anterior decisão do Estado ao considera-la Instituição de Beneficência, em 1942, com mérito consagrado na oficialização da sua Utilidade Pública. É este o modelo jurídico e formal a que se chegou ao fim de todos estes anos, fruto do conhecimento interiorizado, de que agir socialmente condiciona e beneficia os jovens e as crianças, que procurar a escola como elevador social está condicionado pela tomada de decisões e posições a montante, garantindo a igualdade de oportunidades, valorizando e disseminando o papel do mérito e a defesa de mecanismos sociais que favoreçam o nosso público alvo. É isso que faz sentido na decisão da associação de ser proprietária de uma Instituição de Ensino; são os benefícios associativos os efeitos dessas decisões. Deverá continuar a refletir-se sobre o mesmo e a agir, tendo como perspetiva



distribuir. Durante o período de confinamento estas refeições e este trabalho interromperam, fruto das circunstâncias e do risco sanitário. Foi, pela mesma razão, interrompida a realização de visitas e apoio por parte de voluntários dos 8º e 9º anos, a atividades de idosos nas instalações do Centro Comunitário, assim como a participação em todas as suas recolhas de bens (Festa de Fim de Ano, Natal);

CulturSol – O risco sanitário levou à suspensão do conjunto de atividades que as duas instituições parceiras vinham realizando há já vários anos. Não houve o tradicional Almoço África;

Make-a-wish – Participação dos voluntários na angariação de fundos;

Montepio Geral – Algumas ações não presenciais e de formação para voluntários;

Fomos dando visibilidade à Responsabilidade Social e à sua importância nas organizações, nomeadamente em período de Pandemia, com pequenos projetos dirigidos a idosos e que não implicavam riscos sanitários nem o incumprimento da lei por parte dos jovens e crianças voluntários.

Mantivemos, no âmbito da disciplina curricular Cidadania e Desenvolvimento, sem deixar de cumprir o decidido pelo ME quanto às obrigações curriculares e legais, a nossa perspetiva acerca do que é ser-se socialmente responsável, usando em favor do nosso trabalho a massa crítica adquirida por mais de um século de atividade em defesa dos outros e da sua humanidade, modernizando e dando a este projeto a seriedade e primazia que há muito lhe eram devidos. A sua rápida implantação nos setores da Comunidade Escolar e que não eram tão participativos, foi a prova do algodão para a necessidade da sua continuação e maior implantação, sobretudo junto dos parceiros e das instituições oficiais.

A troca de correspondência entre alunos da 31 de Janeiro e idosos de IPSS de Lisboa, a forma continuada e carinhosa que assumiu, demonstrou que o caminho, mesmo em momentos de elevada dificuldade, é este e está sempre disponível!

3.2 - Deveres e Direitos dos Associados

A realidade de mais de um século de trabalho associativo e dedicação à causa pública, sintetiza-se no corpo organizativo e organizador dos direitos e deveres dos associados, que são os seus estatutos, estruturando de forma objetiva, sobretudo a partir da restauração democrática e republicana de 1974, novas formas de relação e de responsabilização da sociedade e das comunidades locais, sobre a escola e o seu papel enquanto espaço de trabalho e de socialização de cidadãos em formação e de futuros profissionais dedicados e responsáveis.

Encontram-se redigidas e prontas para ser aprovadas em Assembleia Geral, alterações aos atuais Estatutos da Associação, pela sua atual resposta ser deficitária relativamente às necessidades que os novos tempos exigem. A proposta para os novos estatutos foi construída e aprovada pelos órgãos sociais e com a participação de juristas ouvidos para o efeito, tendo já sido entregue entretanto e para verificação da sua legalidade. Implicará que será convocada no atual quadro legal, uma nova AG para a sua aprovação e consequente escritura; na atual proposta, já enviada a todos os associados, para uma 1ª leitura, em finais de 2021, está refletida





Ano de 2017 (16-17) – 521

	Com Apoio	Sem Apoio	Total
Pré - Escolar	48	52	100
Básico	210	211	421

Ano de 2018 (18-19) - 529

	Com Apoio	Sem Apoio	Total
Pré - Escolar	59	41	100
Básico	191	238	429

Ano de 2020 (20 –21) 510

	Com Apoio	Sem Apoio	Total
Pré - Escolar	41	40	81
Básico	176	253	429

Ano de 2021 (21 –22) 516

	Com Apoio	Sem Apoio	Total
Pré - Escolar	45	43	88
Básico	166	262	428

“Estes dados referenciam o conjunto de alunos com frequência em cada um dos anos letivos. Os apoios do ME foram diminuindo em número de alunos desde 16/17 o que implicou uma cada vez menor intervenção/custo do ME na Escola. *Tornar-se-á, no futuro muito próximo e pelas consequências imediatas que este facto tem na faturação, necessário rever a política relativamente à aceitação de um número de alunos que ultrapasse o valor global de apoio por Contrato (Simples de Família e de Desenvolvimento de Família): ou a escola assume o prejuízo pelos alunos que aceitou fora do plafond (teto máximo e correspondente ao valor de 16-17), ou arranja formas de os compensar, parecendo-nos difícil optar por decidir fazer ela própria a seleção. Assim e tendo em vista que os alunos sem apoio e por razões de política financeira que



diferenças; ser capaz da cooperação e do espírito solidário e de entreaajuda, valorizando o mérito individual e o papel do esforço e do trabalho, como garantes tanto do sucesso individual, como do atingir dos objetivos dos grupos e da sociedade.”

4.2 PAEE

Pelas características próprias da Associação e pelas obrigações estatutárias que derivam do regime associativo a que nos obrigamos, é sempre difícil, senão mesmo impossível, encontrar no mercado programas de gestão que permitam enquadrar a quantidade e o tipo de exigências do modelo associativo em comunidade escolar, a saber:

- o associado é o/a responsável pelo aluno e a entrada ou não do aluno na escola deriva da situação do mesmo (associado) em termos estatutários,
- o aluno é o utente, uma vez que serão os pagamentos à instituição em seu nome e com o seu NIF, aqueles reconhecidos pela AT,
- o encarregado de educação pode ou não ser o associado, uma vez que a lei não permite a limitação da liberdade de escolha dos responsáveis pelo aluno (pais, tutores, etc) acerca de quem vai ser o seu encarregado de educação,
- existe um cada vez maior número de responsabilidades partilhadas em famílias de pais separados e/ou divorciados, que implicam pagamentos divididos à escola, pagamentos por itens da fatura, duplicação de informação, seja administrativa ou pedagógica, etc.

Se o PAEE nos impôs a todos, mudança de procedimentos, diálogo com os encarregados de educação, informação permanente, etc, melhorando e vendo-se já os efeitos dessa melhoria em termos pedagógicos é ainda assim pouco consistente com a nossa realidade administrativa como afirmávamos no Relatório de 2019: “como se percebe pela leitura dos anexos referentes aos Relatórios de Contas de 2018 e 2019, não reflete nem permite entender a realidade da escola: partir do custo do aluno, retirar os benefícios associativos e a comparticipação do ME e daí concluir o pagamento líquido da mensalidade, ao qual acrescem, naturalmente, todo o tipo de serviços facultativos a ter em conta. Uma faturação que não tenha isto em conta não consegue, a não ser com muito esforço posterior, fazer-nos entender a realidade da escola e da associação, tão pouco da comunidade escolar como um todo, nem permite diminuir, muito pelo contrário, as dúvidas levantadas legitimamente por algumas famílias relativamente a pequenos pormenores de faturas, transformando-se grande parte do trabalho administrativo de 1 a 10 de cada mês na explicação dos valores a pagar. Torna-se injusta naquelas apoiadas pelo ME por não expressar o esforço financeiro do Estado e o apoio a cada família em condições de o receber, assim como, não refletindo os benefícios associativos, se torna injusta para a associação e para o modelo nela comportado, que os permite. Assim, será de todo em todo importante que o PAEE se mantenha na sua componente pedagógica, e seja mesmo aprofundado e dinamizado o seu uso, quer pelos professores junto dos encarregados de educação, quer por estes, utilizando a plataforma como meio fundamental de acesso a tudo o que tenha a ver com a situação do seu educando e de forma confidencial: sumários, faltas, avisos, relatórios, estudo necessário, pautas, etc. Mantemos que terá de ser repensada em diálogo com os técnicos do PAEE a concretização de modalidades mais consistentes com a realidade da nossa instituição no que à faturação e à contabilidade dizem respeito.” Foi, e é justo dizê-lo, fundamental no processamento das inscrições e matrículas para 2020-21 e 2021-22, resolveu e ajudou a resolver a maioria das



escola. Aprovou as datas de reunião dos Conselhos de Turma e de Docentes, as datas de reunião dos responsáveis de Grupo/Turma com os Encarregados de Educação.

Procedeu à planificação das aulas não presenciais após o encerramento da escola por motivo da pandemia e da decisão do Governo, em janeiro de 2021. Decidiu o número semanal das mesmas e o seu formato. Garantiu e aprovou, respeitando a lei, modelos de controle da pandemia, respeitando e fazendo respeitar as normas e as decisões da autoridade de saúde, tanto local como nacional. Foi atualizando, sob proposta do diretor, o Manual de Procedimentos Covid (Plano de Contingência da Escola

Voltou a reunir, em julho de 2021 com todos os EEs das turmas da escola, apresentando-lhes o referido plano e o modelo de funcionamento para 2021-22. Nas referidas reuniões esteve sempre presente o Diretor Pedagógico da escola, assim como a Diretora Substituta e um dos responsáveis pelo Manual de Procedimentos Covid, professor Rui Pinto.

Em setembro de 2021 apresentou propostas à direção no sentido do aprofundamento das decisões contidas no Plano de Contingência, manteve a alteração de horários de ciclos e de recreios, manteve os sistemas que permitiriam o funcionamento em bolha de turmas e grupos. O ano letivo 2021-22 foi assim, preparado cuidadosamente, tendo em vista a maior normalidade e segurança possíveis.

Discutiu a qualidade do ensino na escola e os reflexos de 1,5 anos de pandemia, concluindo pela necessidade de aprofundamento de situações de Apoio Pedagógico, de tutorias individuais, assim como de revisitação das Planificações e avaliações, procurando diminuir no aproveitamento e socialização dos alunos, a falta, cada vez mais sentida, de segurança no rendimento de cada aluno, por confinamentos gerais, de turma e individuais. Avaliou no final do ano o desempenho da escola e decidiu, por terem sido conseguidos em escola, apesar das condições atrás referidas, resultados francamente positivos no que ao aproveitamento diz respeito, considerando necessários para futuro alguns reforços de planificação, sobretudo para alunos com iniciação no 1º ciclo em pandemia. Considerou também importante para futuro a elaboração de um grande plano de reforço das interações sociais de todos os alunos, no grupo, na turma e em toda a escola, sendo fundamentais, nos alunos da Educação Pré-Escolar, o apoio das famílias e decisivo nos alunos mais velhos (3º ciclo), o regresso ao ensino e prática dos valores fundamentais, da troca de ideias da compreensão do valor e, sobretudo, dos direitos dos outros.

Tratou, em setembro de 2021, da estabilização do quadro de professores da escola, assunto de que mais à frente se tratará, tendo sido decisivo para esta estabilização, o empenhamento como um todo deste órgão de gestão pedagógica.

O Conselho Pedagógico tem sido ao longo dos anos e pelo trabalho desenvolvido, um dos pilares fundamentais do bom desempenho da Escola, por ele têm passado e ganhado experiência de gestão e de discussão com os pares, um número elevado de professores.

4.4 Conselhos de Docentes e Turma

Reuniram ao longo de 2021, nomeadamente nos períodos destinados à planificação dos anos letivos e dos períodos letivos, assim como nos momentos de avaliação dos grupos e das turmas, sendo o conselho de docentes constituído pela totalidade das educadoras e professoras responsáveis, respetivamente pelos grupos/turmas/disciplinas específicas, da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo, e os Conselhos de Turma constituídos pelos professores que lecionam o

Escola, assim como à aceitação da situação por parte do/a Encarregado de Educação, teve sempre a Comissão Multidisciplinar um cuidado reforçado no cumprimento de todas as regras e na exatidão dos dados referenciados com vista a que, quer a aceitação das famílias quer a homologação do Diretor Pedagógico, fossem, não apenas informadas, mas, e sobretudo, empenhadas em garantir o sucesso de cada um dos alunos. Teve também o cuidado de garantir o cumprimento do Regime de Proteção de Dados, visando a defesa da individualidade de cada criança.

Alguns EEs procederam à tentativa de homologação de referenciações externas à escola, nomeadamente por intervenção de técnicos das áreas da psicologia. O aluno será abrangido por RTP, PEI e medidas acrescidas de apoio, assim a escola, a sua Comissão Multidisciplinar, o seu Conselho Pedagógico e o seu Diretor Pedagógico considerem serem as mesmas, necessárias e profícuas. O que está em causa é o aluno em escola e a utilidade das medidas para reforço das suas possibilidades, das suas competências, do seu saber estar, fazer, ser e aprender. É isto que justifica as medidas para a inclusão, nunca a possibilidade de qualquer tipo de facilitismo, que recusamos de todo em todo.

5-Avaliação do Desempenho (Explicação)

Na Educação Pré-Escolar a avaliação é sempre de carácter formativo e descritivo. No 1.º, 2.º e 3.º ciclos é realizada uma avaliação intercalar no primeiro e segundo períodos letivos sendo o resultado final de período e ano apresentado em modelo qualitativo no 1º Ciclo e quantitativo nos restantes. No final de cada período e de ano, deve, a avaliação referida atrás, ser acompanhada por síntese escrita e positiva que caracterize cada aluno em particular, modelo que vem sendo melhorado, nomeadamente com a introdução do PAEE e que teve desenvolvimentos muito positivos em 2021, no seguimento do que já vinha do ano anterior, cabendo grande responsabilidade às necessidades impostas pela nova realidade.

A avaliação é feita com base na legislação em vigor, sujeitando-se a instituição aos respetivos normativos. Sendo, de facto e juridicamente, uma Instituição com Autonomia Pedagógica para todos os seus níveis de ensino, considera-se importante a ideia de comparabilidade, daí o compromisso com a legislação em vigor. Estatutariamente, esta Associação Escola 31 de Janeiro obriga-se ao cumprimento de toda a legislação pedagógica obrigatória para o ensino público.

Traduz-se na formulação de um juízo global sobre a aprendizagem realizada pelos alunos, tendo como objetivos a classificação e certificação e inclui a avaliação formativa, a sumativa interna e a avaliação sumativa externa (final do 3º ciclo do Ensino Básico), embora esta última e no ano em causa, não tivesse acontecido, como não aconteceram as provas de aferição de conhecimentos, previstas para o 2º, 5º e 8º anos de escolaridade.

permanente das práticas avaliativas, acabando por prevalecer a capacidade de entrega e da qualidade dos trabalhos individuais apresentados, a resposta pronta em sessão online, assim como a participação com trabalhos, questões, envio de dúvidas, pequenos testes, etc . Foram preparados com mais rigor, quer o número de trabalhos e testes a fazer, assim como o seu modelo, tal como foram decididas formas de participação individuais em aula online que aproximassem os alunos e garantissem maior fidelidade na sua resposta a todas as questões levantadas.

5.1 Gestão dos Procedimentos Avaliativos

Foi da responsabilidade do Diretor da Escola assegurar que todos os procedimentos avaliativos, tanto dos alunos como do pessoal docente, assim como restantes colaboradores, exceto no setor administrativo, os primeiros conforme documento presente, os outros conforme o decidido pelo Contrato Coletivo de Trabalho e documento da própria escola, respetivamente, fossem cumpridos, assegurando a sua disseminação junto dos alunos, dos pais e de todos os interessados, divulgando e propondo a toda a escola o princípio de que "não há nada em escola que não deva ser avaliado". Continua a caber ao Conselho Pedagógico a avaliação permanente de todos os procedimentos, assim como a elaboração e divulgação de relatórios, memorandos, estatísticas, entre outros.

5.2 Progressão e Retenção

A decisão de progressão competiu ao Professor Titular de Turma ou Conselho de Turma, consultado o Conselho Pedagógico e foi sempre uma decisão pedagógica, tomada sempre que o aluno tenha adquirido os conhecimentos previstos, assim como as competências essenciais propostas, ou manifeste de forma inequívoca capacidades potenciais e em progressão para os conseguir. A decisão de retenção foi tomada quando o acima proposto não se verificou, ou por falta de assiduidade regular ou por manifesto desinteresse do aluno e do seu Encarregado de Educação.

Pode, legalmente, ser tomada a decisão de reter um aluno, em todos os anos da escolaridade básica, exceto no 1.º ano, sempre que o mesmo:

- Não atinja nível satisfatório ou nível três em três ou mais disciplinas, não se considerando para o efeito o seu desempenho em EMRC, Xadrez;
- não atinja nível satisfatório ou nível três, simultaneamente nas disciplinas de Português e Matemática.

Verificada a retenção, compete ao Professor Titular de Turma no 1.º ciclo ou ao Conselho de Turma no 2.º e 3.º ciclos, identificar os conhecimentos não adquiridos e as capacidades não desenvolvidas pelo aluno, as quais devem ser tomadas em consideração na elaboração do Projeto Curricular de Turma em que o referido aluno venha a ser integrado no ano escolar subsequente.

A proposta de repetição da retenção de qualquer aluno carecerá sempre de nova reunião extraordinária dos Conselhos de Docentes de Educação Pré-Escolar e 1.º Ciclo, ou de Turma,



5.4 Quadros respeitantes a Avaliação

Final de ano 2020 2021	Pré - Escolar	1ºCiclo	2º Ciclo	3ºCiclo
Aproveitamento	Bom	Bom	Bom	Bom
Comportamento	Bom	Bom	bom	Bom
Quadro de Honra	-----	18	16	10
Retenção	-----	-----	-----	1
RTPs; PEIs;PIPs	1	4	7	9

Final de 1ºPeríodo: mês 12 de 2021; ano letivo de 2021- 2022	Pré - Escolar	1ºCiclo	2º Ciclo	3ºCiclo
Aproveitamento	Bom	Bom	Bom	Bom
Comportamento	Bom	Sat.	bom	sat
RTPs;PEIs	1	4	5	7

5.5 Atividades de Apoio - Projetos

Iniciaram em setembro de 2019 os seguintes projetos, que foram interrompidos a partir de início de fevereiro de 2020 por razões de saúde pública e interrompidos até que a pandemia se dê como terminada e assim ser possível terminar a atividade das turmas e grupos em bolha:

Prof. Xadrez	1	1	1	1	1	1
Prof. Inglês 1º Ciclo/Pré	1	1	1	1	2	1
Secretaria	3	3	2	2	3	3
Contabilidade e RH	1	1	1	1	1	1
Terapeuta de fala	1	1	1	1	1	1
Auxiliar/ Refeitório	16	16	16	16	17	18
Diretor	1	1	1	1	1	1
Prof 2º / 3º Ciclo	19 (330h/sem)	19 (330h/sem)	19 (330h/sem)	19 (330h/sem)	19 (330h/sem)	24 (330h/sem)
Natação	1	1	1	1	1	1
Prof. Karaté	1	1	1	1	1	1
Responsáveis Prolongamento e Salas de Estudo			9	9	9	8
Informática, apoio, pré e 1º ciclo	1	1	1	1	1	1
Psicóloga				1	1	1
Nutricionista					1	1
Música Extracurricular					1	1
Oficina de Artes				1	1	1
Manutenção	1	1	1	1	1	1

O início do presente ano letivo, ainda em 2021, setembro, caracterizou-se por alguma desestabilização ao nível do corpo docente. Alguns professores (3 do 1º ciclo, 2 do 3º ciclo e 1 dos 2/3 ciclos), do quadro da escola e, na sua maioria, com mais de 7 anos de casa, num total de 44 professores, pediram a sua rescisão do contrato. A situação foi de todo em todo não prevista e decorreu, sem qualquer aviso prévio, entre 01 e 08 de setembro, com aulas cujo início aconteceria a 14, como veio a suceder. Em alguns casos, professores solicitaram rescisão após reuniões de apresentação e de planificação, com pais e EEs das turmas que era suposto lecionar ou dirigir. Aceitação de lugares a concurso e de que foram oponentes no Ensino Público (5) e aceitação de lugar para projeto novo em ensino privado (1), colocaram-nos, face à inexistência de aviso prévio, perante uma situação nova, de stress para os órgãos pedagógicos da escola e de necessidade de solução atempada e responsável, conforme às obrigações a ter perante os nossos alunos e perante os nossos associados. A 31 de Janeiro revelou-se expedita e capaz, na



6.4 Colaboradores da área da Contabilidade e Administração

Mantiveram o nível de profissionalismo e responsabilidade com que asseguram o funcionamento deste setor fundamental da instituição. O quadro manteve-se estável com 3 profissionais administrativas.

A área da Contabilidade e do pessoal foi assegurada por uma profissional com formação académica superior que veste a camisola da Associação há já muitos anos e sentiram-se já algumas melhorias sobretudo a partir de outubro de 2020. Mantiveram-se alterações e mudanças por fazer, que, e como referimos atrás, devem acontecer com a colaboração da plataforma PAEE.

Nenhuma instituição poderá ficar presa a teias burocráticas e administrativas, sem perder a consciência da sua importância, sendo que em instituições como escolas e sendo o seu múnus o ensino e a educação de crianças e jovens, é ao serviço destes que tudo mas mesmo tudo, deve funcionar.

6.5 Colaboradores com responsabilidade no Refeitório

As quatro colaboradoras do refeitório estão em formação permanente, nomeadamente através dos procedimentos de Higiene e Segurança Alimentar que a instituição se impõe através de contrato com Entidade Externa e Certificada. Na escola continuou a ser cumprido o previsto no HCCP (Conjunto de Regras para Higiene e Segurança Alimentar) e há, além disso, o cuidado de enriquecer as ementas de forma saudável, ajudando no combate à obesidade infantil, à adição ao açúcar e ao sal, etc.

Continua contratada uma profissional nutricionista, com responsabilidades ao nível da feitura das ementas, da dinamização do combate à obesidade infantil, da disseminação de uma alimentação saudável e informada, assim como da formação do pessoal responsável pela cozinha e refeitório. A cozinheira responsável tem demonstrado vontade em seguir as melhores e mais saudáveis práticas em refeitório para crianças e jovens. É preciso que este espírito se mantenha para além de 2021. Houve alguma quebra na formação, derivada das regras de segurança impostas pela DGS. A partir do último trimestre de 2020 já se começaram a realizar atividades ligadas à nutrição e ao HCCP.

6.6 Número de refeições

A escola serve, anualmente, entre alunos, colaboradores e refeições de serviço solidário, cerca de 60000 refeições. Este ano de 2021, para defesa da saúde e para impedir a entrada de material do exterior, a escola manteve o custo mensal das refeições em menos 10,00€. O resultado foi a continuação de um aumento significativo de alunos a comer a refeição da escola. Sendo os resultados apenas aferidos em termos de anos letivos, teremos esses resultados no final do ano,

a relação com a ACES de Cascais foi sempre profícua, sem que tivesse ocorrido um único atrito entre as partes, sendo de louvar a dedicação e a persistência de todos os técnicos com quem trabalhamos.




7. Atividades Extra Curriculares

Natação

Karaté

Informática

Música

Oficina das Artes

Futebol

Mandarim (2º e 3º Ciclos)

As atividades extra e pagas decorreram, com início faseado, feito de forma calma e sistemática até dezembro de 2021. Foram criados esquemas de bolha e não contacto e não houve, que se saiba, maior risco do que aquele das aulas curriculares. O número de alunos a frequentar manteve-se abaixo do havido no período pré-pandemia, mantendo-se, portanto, alguma quebra nos valores faturados. A tendência tem-se revelado, no entanto, de subida, o que é sempre encorajador.

Continuou em 2021, a partir de outubro e já consolidada, a oficina das artes. Pelo número de alunos, pelo seu entusiasmo, podemos continuar. Algumas sessões aconteceram em regime não presencial.

Funcionando inicialmente em regime não presencial, as aulas extra de música têm sido bem sucedidas, agora já em regime presencial.

As outras atividades, já com um histórico bem maior, continuam a atingir os objetivos que se propõem, sendo de realçar a Natação pelo elevado número de alunos que mobiliza. Tendo parado em março retomou em finais de 2021, tal como o karaté e o futebol.



- Fez-se uma 1ª intervenção cuidada no piso do campo de jogos, a ter que ser completado no ano de 2022, verificaram-se as balizas, tabelas de basket, etc,

- Adquiriu-se todo o material didático ao longo do ano letivo, desde que tivesse sido proposto pelos Departamentos ou responsáveis pelos Projetos e considerado importante pela Direção Pedagógica da escola,

9. Apoio às Famílias

9.1 Apoios do ME às Famílias

Têm sido assegurados pelo ME os apoios às famílias. No seu processamento em 2020-2021 e 2021-2022, estando um pouco mais clarificados os processos relativos aos anos anteriores, foram os valores recebidos pelas famílias bastante inferiores ao recebido antes, pela alteração do apoio através da existência de um teto máximo no valor total (equivalente ao valor recebido em 2016-17), que e como explicámos atrás, em parágrafo referente à Direção, não poderá ser ultrapassado em cada uma das valências educativas – Pré-Escolar e Básico, quer pelo menor número de alunos a apoiar devido à diminuição de alunos com direito a apoio referida, obrigando a escola e os seus serviços administrativos e de tesouraria a um esforço redobrado com vista à estabilização de todos os procedimentos.

Conseguiu continuar a assegurar-se o adiantamento pela Associação Escola 31 de Janeiro das verbas de apoio às famílias e da responsabilidade do ME. Continuámos a assegurar, além disso, meios financeiros, que nos permitem fazer face, atempadamente, a atrasos na entrega de verbas por parte do ME.

A Associação garante às famílias, ao longo do ano letivo, a totalidade das verbas de apoio do ME que, e através dos documentos pedidos, cumpram as exigências do ano letivo anterior. É importante que os associados percebam o esforço feito neste tipo de responsabilidades que a Associação assume e que cumpram, de forma escrupulosa, as suas responsabilidades, pagando no prazo devido.

A Associação ao assumir este risco fá-lo por obrigação solidária e para garantir que seja o mais residual possível, o número de crianças impedidas de frequentar a escola. Constroem-se assim os preços, sempre de forma a garantir a continuidade da Instituição, mas correndo riscos óbvios, que só serão afastados pelo cumprimento generalizado de todas as obrigações por parte dos associados. **Aquelas dívidas de associados, refletidas nas contas, são o exemplo do que queremos afastar de vez, visto que, não só poem em causa a continuação da instituição livre e solidária que nos orgulhamos de ser, como nos impedem de proceder a políticas de maiores benefícios associativos.**